



---

Canal Energia - 24 Mar 2004

## **Governo quer discutir regulamentação com grupos privados e estatais**

**Intenção é se reunir com agentes no início de abril para receber contribuições visando ao detalhamento das regras**

O Ministério de Minas e Energia deverá priorizar as conversas com os grupos de empresas e de investidores do setor elétrico, no processo de regulamentação do novo modelo. A indicação foi feita na última terça-feira, dia 23 de março, pela ministra Dilma Rousseff a representantes de entidades setoriais. A reunião, que formatou a linha de interação que será adotada entre governo e setor, funcionou como o pontapé inicial das discussões.

Entre os agentes que foram a Brasília para debater a fase de detalhamento estão CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica), Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), Abrage (Associação Brasileira das Empresa Geradoras de Energia Elétrica) e Abraget (Associação Brasileira de Geradores Termelétricos). As associações, que mais uma vez reafirmaram seus pleitos, receberam da ministra o desenho da discussão com o governo.

Embora mais enxuta, a proposta apresentada assemelha-se à que foi adotada na concepção das medidas provisórias do modelo, que deram origem às leis 10.847/03 e 10.848/03. A proposta do governo é que os agentes, encabeçados pelos grandes grupos investidores privados e estatais do setor, elaborem as propostas relativas aos seus respectivos segmentos de atuação para a fase de delineamento das regras.

Após essa etapa, o governo pretende agendar para o início de abril uma reunião com todos os envolvidos, na qual os documentos com as contribuições seriam entregues para análise do MME. A intenção do ministério é encerrar a regulamentação das leis com a emissão dos decretos, portarias e resoluções, no mais tardar, até o final de maio. A proposição feita pelo governo não encontrou resistências entre alguns dos agentes presentes nas reuniões de ontem.

Segundo o presidente da Abradee, Luiz Carlos Guimarães, a associação já vem se debruçando sobre os pontos principais das leis do modelo, e a partir de agora intensificará as discussões com associados - representados tanto por empresas privadas quanto por estatais. Para ele, é difícil haver convergência das contribuições que serão formuladas por agentes de segmentos distintos. "Pode até ocorrer, mas sempre acontece de uma proposta ir de encontro à outra", diz.

Entre os aspectos que a entidade - através dos associados - pretende destacar na documentação está o repasse do custo de suprimento nos leilões de ajuste, que não é garantido pela lei; os contratos multilaterais que serão adotados no pool de comercialização; e o pagamento dos encargos setoriais. "Não há porque um consumidor que esteja fora da concessão de uma distribuidora ficar isento de encargos que são setoriais, como RGR e CDE", observa.